cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.05.30 06:39:17 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 30 de maio de 2023 • Nº 1570 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

O professor do futuro

PÁGINA 4

TESOURO

Dívida Pública sobe 2,38% em abril e fica em R$ 6,03 trilhões

O montante de emissões de títulos da Dívida Pública Federal (DPF), aliado a um volume baixo de resgates no mês passado, elevou o estoque total da dívida em 2,38%, passando de R$ 5,89 trilhões, em março, para R$ 6,03 trilhões, em abril. Trata-se de um aumento nominal de R$ 140,12 bilhões. Os números foram divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda. "Esta variação deveu-se à emissão líquida (emissões menos resgates), no valor de R$ 92,30 bilhões, e à apropriação positiva de juros, no valor de R$ 48,15 bilhões, descontada a transferência de R$ 0,34 bilhão para a carteira do Banco Central", informou o ministério. O Tesouro prevê que a DPF subirá nos próximos meses. De acordo com o Plano Anual de Financiamento , o estoque da DPF deve encerrar o ano entre R$ 6,4 trilhões e R$ 6,8 trilhões. PÁGINA 2

DÍVIDA COM BNDES

Em Visita ao Brasil, Maduro recebe fatura de US$ 1 bi

A Venezuela terá de apresentar um plano para pagar sua dívida em atraso de cerca de US$ 1 bi com o governo brasileiro decorrente de financiamentos do BNDES para 5 projetos de infraestrutura. O assunto foi tratado ontem na visita oficial do presidente venezuelano Nicolas Maduro ao Brasil com o presidente Lula. Assessores do presidente afirmam que os números atualizados da dívida mostram que a Venezuela ainda precisa pagar US$ 170 milhões diretamente ao BNDES e outros US$ 903 milhões ao FGE (Fundo Garantidor de Exportações), vinculado ao Ministério da Fazenda. Esse fundo tem como finalidade dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de exportação de bens e serviços. PÁGINA 2

CONTINGENCIAMENTO

LULA MARQUES/ABRASIL

Bloqueio de R$ 1,7 bi não vai afetar Saúde e Educação

O bloqueio de R$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias anunciado pelo governo Lula não atingirá os ministérios de menor orçamento e nem pastas como Educação e Saúde, afirmou ontem a ministra Simone Tebet (Planejamento) (**foto**). As declarações foram dadas após uma reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) na qual foram discutidos temas como arcabouço fiscal, reforma tributária e medidas provisórias. Segundo Tebet, já houve reunião da JEO (Junta de Execução Orçamentária) para debater a questão. "O que eu só posso adiantar para vocês ficarem tranquilos é que os ministérios menores, que têm menores orçamentos, e Educação e Saúde estarão preservados", disse. PÁGINA 2

FIOCRUZ

Médicos vão combater efeitos do agrotóxicos

Um grupo de 47 médicos de várias regiões do país, que atendem em áreas rurais e assentamentos, participou durante cinco dias, na sede da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na zona norte do RJ, do Curso de Saúde e Agrotóxicos para o Fortalecimento do SUS no Campo. O encontro foi organizado pela Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da Fiocruz, em parceria com a Rede Nacional de Médicos Populares, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Para a Fiocruz, o curso, que terminou domingo, representou um "marco na busca por soluções efetivas diante dos impactos dos agrotóxicos na saúde". PÁGINA 3

LAVA JATO

STF anula condenação de mais de 15 anos de Eduardo Cunha

GUSTAVO LIMA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, por 3 votos a 2, anular uma condenação do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (**foto**), na Lava Jato. A decisão determina que os autos sejam encaminhados à Justiça Eleitoral, onde será analisado se o caso será reiniciado ou se a condenação pode ser restabelecida. O ex-deputado foi condenado em 2020 pelo juiz Luiz Antônio Bonat, que à época era o titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, a 15 anos e 11 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. PÁGINA 3

DITADURA

Uganda: lei anti-LGBTQIA+ prevê até pena de morte

O ditador de Uganda, Yoweri Museveni, 78, chancelou ontem uma das leis anti-LGBTQIA+ consideradas mais duras do mundo. A legislação, duramente criticada pelas Nações Unidas e por diversos países ocidentais, prevê punições que podem chegar até a pena de morte. A regra não criminaliza quem se identifica como LGBTQIA+, mas determina que pessoas portadoras do vírus HIV flagradas em uma relação sexual com parceiros do mesmo sexo podem ser condenadas à morte. A diretriz também prevê pena de 20 anos de prisão a quem "promover" a homossexualidade. O debate sobre a lei no Parlamento foi marcado por ofensas homofóbicas. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: -0,52% / 110.333,40 / -572,11 / Volume: R$ 11.902.314.767 / Negócios: 2.383.186

Maiores Altas	Preço	%	Oscil.
COGNA ON ON NM	2.85	+3.26	+0.09
CVC BRASIL ON NM	3.10	+4.03	+0.12
EZTEC ON ED NM	17.56	+2.45	+0.42
RAIZEN PN N2	3.530	+2.02	+0.070
IRBBRASIL REON NM	37.11	+1.59	+0.58

Maiores Baixas	Preço	%	Oscil.
VIBRA ON NM	16.45	–3.91	–0.67
BRF SA ON NM	7.38	–2.89	–0.22
FLEURY ON NM	16.10	–2.31	–0.38
MINERVA ON NM	9.72	–2.11	–0.21
ENERGISA UNT N2	44.65	–2.02	–0.92

Mais Negociadas	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	65.83	–0.75	–0.50
PETROBRAS PN N2	26.69	–0.41	–0.11
ITAUUNIBANCOPN N1	26.92	–0.44	–0.12
BTGP BANCO UNT N2	27.30	+0.59	+0.16
EQUATORIAL ON NM	28.24	–2.28	–0.66

Bolsas no mundo	Fechamento	%
Dow Jones	33.093,34	+1,00
NASDAQ Composite	12.975,687	+3,94
Euro STOXX 50	4.319,54	-0,44
CAC 40	7.303,81	-0,21
FTSE 100	7.627,2	+0,74
DAX 30	15.952,73	-0,20

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (03/05)	13,75%
Poupança 3 (30/5)	0,72%
TR (prefixada) (05/2023)	0,2423%

IGP-M	-0,95% (abr.)
IPCA	0,61% (abr.)
CDI	1,02 até o dia 29/mai.
OURO BM&F/grama	R$ 307,00
EURO Comercial	Compra: 5,3668 Venda: 5,3674

EURO turismo	Compra: 5,4036 Venda: 5,5836
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9954 -0,32%
DÓLAR comercial	Compra: 5,0118 Venda: 5,0124
DÓLAR turismo	Compra: 5,0156 Venda: 5,1956

Economia

MERCADOS

Dólar sobe 0,46% com acordo da dívida nos EUA; Bovespa cai 0,51%

O dólar fechou em alta ontem, dia de movimento baixo nos mercados globais em razão de um feriado nos Estados Unidos. A resolução do impasse sobre o teto da dívida americana e o fechamento da taxa Ptax também estiveram no radar dos investidores.

Já a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve leve queda puxada por Petrobras e Vale, num movimento visto como uma correção das altas registradas nas últimas semanas.

O dólar subiu 0,46%, a R$ 5,011, enquanto o Ibovespa (Índice Bovespa) teve queda de 0,51%, fechando em 110.333 pontos.

A queda do Ibovespa foi puxada pelas ações da Vale e da Petrobras, as mais negociadas da sessão, que tiveram queda de 0,56% e 0,22%, respectivamente.

Quedas de Itaú (0,44%) e Equatorial Energia (2,28%), que também ficaram entre as mais negociadas, contribuíram para a performance negativa do índice.

Além disso, a Eletrobras caiu 2,03%, devolvendo parte da alta registrada neste mês e em meio a declarações de membros do governo sobre sua privatização.

As maiores perdas do dia, porém, ficaram com a Vibra (3,91%), que passa por correção após uma forte valorização em maio, e BRF (2,89%), que segue impactada por registros de casos de gripe aviária no país.

Na outra ponta, o Ibovespa foi apoiado por altas de ações do BTG (0,59%), única entre as cinco mais negociadas do dia a fechar em alta, Cogna (3,26%) e CVC (4,03%).

Os juros futuros, por sua vez, subiram após terem registrado queda nos últimos dias. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 foram de 13,17% para 13,22%, enquanto os para 2025 saíam de 11,43% para 11,5%.

TESOURO

Dívida Pública cresce 2,38% em abril e fica em R$ 6,03 tri

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O montante de emissões de títulos da Dívida Pública Federal (DPF), aliado a um volume baixo de resgates no mês passado, elevou o estoque total da dívida em 2,38%, passando de R$ 5,89 trilhões, em março, para R$ 6,03 trilhões, em abril. Trata-se de um aumento nominal de R$ 140,12 bilhões. Os números foram divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional, vinculada ao Ministério da Fazenda.

"Esta variação deveu-se à emissão líquida (emissões menos resgates), no valor de R$ 92,30 bilhões, e à apropriação positiva de juros, no valor de R$ 48,15 bilhões, descontada a transferência de R$ 0,34 bilhão para a carteira do Banco Central", informou o ministério.

O Tesouro prevê que a DPF subirá nos próximos meses. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF) 2023, apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar o ano entre R$ 6,4 trilhões e R$ 6,8 trilhões.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,75% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, a Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) totalizou R$ 116,51 bilhões, enquanto os resgates foram de R$ 34,39 bilhões, resultando em emissão líquida de R$ 82,12 bilhões. Destaque para as emissões de títulos prefixados (49,55%) e de títulos remunerados por índice de preços (29,5% do total). Já os títulos remunerados à taxa flutuante tiveram redução de participação (de 39,08% para 38,84%).

Outros R$ 10,19 bilhões são relativos à emissão líquida da Dívida Pública Federal externa (DPFe), contraída no mercado exterior, totalizando os R$ 92,30 bilhões de emissão líquida total. Segundo o Tesouro, "é a maior emissão líquida desde junho de 2021".

COLCHÃO

A reserva de liquidez ou colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos), que havia caído em março, subiu em abril, atingindo o patamar de mais de pouco mais R$ 1 trilhão. O crescimento, em termos nominais, foi de 1,57%.

Apesar do aumento da reserva, o nível do colchão garante o pagamento dos próximos 8,55 meses de vencimentos da DPF, um período um pouco menor do que os 9,22 meses registrados em março. Segundo o Tesouro, os meses de maio, julho e setembro de 2023 concentrarão vencimentos estimados em R$ 786,33 bilhões, o que explica a redução do alcance temporal do colchão.

CONTINGENCIAMENTO

Bloqueio de R$ 1,7 bi nos gastos vai poupar Educação e Saúde

O bloqueio de R$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias anunciado pelo governo Lula (PT) não atingirá os ministérios de menor orçamento e nem pastas como Educação e Saúde, afirmou ontem a ministra Simone Tebet (Planejamento).

As declarações foram dadas após uma reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) na qual foram discutidos temas como arcabouço fiscal, reforma tributária e medidas provisórias.

Segundo Tebet, já houve reunião da JEO (Junta de Execução Orçamentária) para debater a questão. "O que eu só posso adiantar para vocês ficarem tranquilos é que os ministérios menores, que têm menores orçamentos, e Educação e Saúde estarão preservados", disse.

A ministra afirmou que o bloqueio provavelmente vai ser temporário. "Isso aí é contábil. Você bloqueia e, com um incremento da receita, no próximo relatório você estará podendo desbloquear. Como vão ser as maiores pastas, os maiores orçamentos, você não vai estar atrapalhando execução, a continuidade das políticas públicas. Essa é a grande preocupação", afirmou.

"Já posso dizer que não são das pastas pequenininhas [que serão feitos os bloqueios], e nós estamos preservando Saúde e Educação, que são pastas relevantes. Aí se vai ser linear, se vai ser um pouquinho mais em outro, já foi decidido pela JEO, mas vamos deixar para ser anunciado na hora certa."

O bloqueio foi anunciado na semana passada, depois que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi obrigado a piorar sua projeção para o resultado das contas públicas neste ano por causa de um forte aumento nas despesas.

O déficit é estimado em R$ 136,2 bilhões, equivalente a 1,3% do PIB (Produto Interno Bruto), segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre, divulgado na última segunda pelo Ministério do Planejamento. O valor representa uma piora de R$ 28,6 bilhões em relação à última previsão, divulgada em março.

As despesas tiveram um aumento de R$ 24,2 bilhões em relação ao relatório de março, o que estourou toda a folga que havia em relação ao teto de gastos -regra que limita o crescimento das despesas à inflação, e ainda está em vigor. Com isso, o governo vai precisar bloquear R$ 1,7 bilhão nas despesas discricionárias (que incluem custeio e investimentos).

ARCABOUÇO

Tebet e Haddad foram convidados pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a se reunirem com líderes partidários na próxima quinta-feira para tratar do arcabouço fiscal, cuja votação na Câmara foi concluída na última quarta-feira.

Na avaliação da ministra, é possível votar o texto diretamente no plenário. "Mas acho que não há nenhum problema em passar pela CAE (Comissão de Assuntos Econômicos)", disse. "Normalmente os projetos dos últimos governos, acompanhei os últimos três, quando vinha um projeto que tinha impacto financeiro-orçamentário, fazia-se uma reunião na CAE, ainda que fosse no mesmo dia para o plenário do Senado."

Se aprovado no Congresso, o novo arcabouço fiscal vai substituir o atual teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas à inflação.

VOLTA AO BRASIL

Maduro recebe fatura de US$ 1 bilhão de dívida com BNDES

A Venezuela terá de apresentar um plano para pagar sua dívida em atraso de cerca de US$ 1 bilhão com o governo brasileiro decorrente de financiamentos do BNDES para cinco projetos de infraestrutura.

O assunto foi tratado ontem durante visita oficial do presidente venezuelano Nicolas Maduro ao Brasil com o presidente Lula.

Assessores do presidente afirmam que os números atualizados da dívida mostram que a Venezuela ainda precisa pagar US$ 170 milhões diretamente ao BNDES e outros US$ 903 milhões ao FGE (Fundo Garantidor de Exportações), vinculado ao Ministério da Fazenda.

Esse fundo tem como finalidade dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de exportação de bens e serviços de empresas nacionais. Funciona como um seguro.

A parte segurada já foi paga ao banco. Agora, cabe ao governo cobrar a dívida da Venezuela. Ainda não se sabe como esse débito será quitado, mas, segundo relatos de quem participou das conversas, é parte da retomada das relações políticas e comerciais com o país vizinho.

Até o momento, as linhas I e II do Metrô de Caracas, por exemplo, foram totalmente indenizadas pelo FGE -US$ 73 milhões e US$ 154,5 milhões, respectivamente.

As obras da Siderúrgica Nacional, do Estaleiro Astialba e da Conviasa ainda têm parcelas vincendas de US$ 117 milhões com o BNDES. No total, esses empreendimentos já levaram o fundo a arcar com US$ 675,6 milhões. Neste mês, serão mais US$ 54,8 milhões a serem pagos para o BNDES.

BC/Focus

Previsão de inflação do mercado financeiro cai para 5,71% este ano

A previsão do mercado financeiro para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), considerada a inflação oficial do país, caiu de 5,8% para 5,71% este ano. A estimativa consta do Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2024, a projeção da inflação ficou em 4,13%. Para 2025 e 2026, as previsões são de 4% para os dois anos.

A estimativa para este ano está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), a meta é 3,25% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 1,75% e o superior, 4,75%. Segundo o BC, no último Relatório de Inflação, a chance de a inflação oficial superar o teto da meta em 2023 é de 83%.

A projeção do mercado para a inflação de 2024 também está acima do centro da meta prevista, fixada em 3%, mas ainda dentro do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Em abril, influenciado pelo aumento dos preços de remédios, o IPCA ficou em 0,61%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado é inferior à taxa de março, de 0,71%. Em 12 meses, o indicador acumula 4,18%.

Para maio, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) -que mede a prévia da inflação oficial- ficou em 0,51%.

BANCO CENTRAL

Mercado de cartão de crédito cresce 30,9% entre 2019 e 2022

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O número de clientes que usam o cartão de crédito cresceu 30,9% entre 2019 e 2022 no Brasil, segundo dados do Banco Central (BC). Em junho do ano passado, 84,7 milhões de usuários tinham saldo devedor relacionado a essa forma de pagamento. Em junho de 2019, eram 64,7 milhões.

O saldo devedor refere-se ao valor da compra, parcelada ou não, que ainda não foi pago pelo cliente e sobre o qual podem incidir juros. Os dados foram divulgados ontem pelo BC e constam de um dos boxes do Relatório de Economia Bancária, que será publicado na íntegra no dia 6 de junho.

Segundo o BC, há tendência ao uso de modalidades mais onerosas do cartão de crédito à medida que aumentam os vínculos, que são o número de instituições emissoras de cartão em que o cliente tem saldo devedor.

"Na média, a partir de dois vínculos, aumentam a participação das modalidades com característica de crédito, sujeitas à cobrança de juros [como o crédito rotativo], e o percentual do limite utilizado", explicou o BC.

No total, 54% dos clientes tinham saldo devedor em apenas uma instituição; 25% em duas; e 20% em três ou mais.

As instituições financeiras digitais foram o grupo com maior crescimento no saldo devedor de seus clientes (292,3%), embora os grandes bancos públicos continuem concentrando a maior fatia do saldo devedor, R$ 57,7 milhões.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 21º 15º 45% 06:40 17:29 **OUTONO:** Nublado com aberturas de sol à tarde. Pode garoar à noite.

SEGUNDA TURMA

STF anula condenação de Eduardo Cunha na Lava Jato

A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu, por 3 votos a 2, anular uma condenação do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, na Lava Jato.

A decisão determina que os autos sejam encaminhados à Justiça Eleitoral, onde será analisado se o caso será reiniciado ou se a condenação pode ser restabelecida.

O ex-deputado foi condenado em 2020 pelo juiz Luiz Antônio Bonat, que à época era o titular da 13ª Vara Federal de Curitiba, a 15 anos e 11 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Segundo a decisão, ele havia recebido R$ 1,5 milhão em vantagens indevidas decorrentes dos contratos de fornecimento de navios-sonda da Petrobras.

Sua defesa questionou ao Supremo a determinação do juiz, sob o argumento de que o caso deveria ser julgado pela Justiça Eleitoral, e não pela Federal, já que envolvia dinheiro para campanha.

O relator da Lava Jato no Supremo, Edson Fachin, votou no ano passado em plenário virtual contra o pedido e foi seguido pelo ministro Ricardo Lewandowski, que se aposentou neste ano.

O ministro Kassio Nunes Marques divergiu e votou a favor do envio do processo à Justiça Eleitoral.

"A sentença condenatória proferida nos presentes autos é de 09/09/2020, em momento posterior à orientação firmada pelo Plenário desta Suprema Corte", disse o ministro, em referência ao julgamento de 2019 que definiu que crimes como corrupção e lavagem de dinheiro, quando investigados junto com caixa dois, devem ser processados na Justiça Eleitoral, e não na Federal.

"Entendo assistir razão ao recorrente no ponto em que alega conexão de suposto crime eleitoral por ele cometido com o crime comum pelo qual foi denunciado e condenado", afirmou Kassio em seu voto.

Kassio foi acompanhado pelo ministro André Mendonça na divergência. Depois de pedir vista (mais tempo para análise), o ministro Gilmar Mendes acompanhou na última semana o voto de Kassio e de Mendonça.

Esta não é a primeira vitória de Cunha na Lava Jato e em seus desdobramentos. Em 2021, o ex-deputado, pivô do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, teve outras duas sentenças anuladas —uma expedida pelo ex-juiz Sergio Moro, hoje senador pela União Brasil-PR, e outra pela Justiça Federal em Brasília. Com a decisão de agora, ele não tem mais nenhuma condenação penal na Justiça Federal.

O ex-deputado ficou preso em regime fechado de outubro de 2016 até abril de 2021.

Antes, ele era filiado ao MDB do Rio de Janeiro. No ano passado, lançou candidatura pelo PTB-SP e conseguiu suspender sua inelegibilidade, mas obteve apenas 5.000 votos e não se elegeu.

No entanto, sua filha, Danielle Cunha, se candidatou pela União Brasil no Rio de Janeiro e foi eleita deputada federal, com 75,8 mil votos.

TERROR EM BRASÍLIA

STF decide tornar réus mais 131 denunciados por ataques de 8/1

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria ontem para tornar réus mais 131 pessoas por participação nos ataques golpistas de 8 de janeiro.

Votaram a favor os ministros Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Rosa Weber e Edson Fachin. Eles seguiram entendimento do ministro relator dos casos, Alexandre de Moraes, que votou a favor do recebimento das denúncias.

Votaram contra o recebimento das denúncias os ministros Kassio Nunes Marques e André Mendonça, que foram indicados ao Supremo pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Os acusados estão no grupo de suspeitos de terem incitado a animosidade das Forças Armadas contra os Poderes, em associação criminosa.

Eles foram presos na manhã do dia 9 de janeiro, no acampamento golpista montado em frente ao quartel-general do Exército em Brasília, e compõem o grupo chamado de incitadores, sem envolvimento direto no vandalismo aos prédios.

Esta é a sexta rodada de julgamento das denúncias apresentadas pela PGR (Procuradoria-Geral da República) contra suspeitos dos atos que culminaram na depredação das sedes do três Poderes.

Atualmente, 1.044 suspeitos de envolvimento no ataque aos três Poderes já se tornaram réus.

A menor parte, 225, é acusada de estar diretamente envolvida com a destruição dos edifícios de Congresso, Planalto e Supremo. O restante faz parte do inquérito que envolvem os incitadores.

O tribunal abriu 100, 200, 250, 245 e 249 ações penais, respectivamente, contra envolvidos. Caso sejam aceitas as denúncias da última rodada, serão 1.175 réus no total.

Ao todo, 1.390 pessoas foram denunciadas pela PGR por envolvimento nos ataques. Em manifestações sobre o caso, a Procuradoria afirmou haver conjunto probatório para sustentar a acusação, como imagens, mensagens e testemunhos.

O material aponta a existência de uma situação estável e permanente de uma associação formada por centenas de pessoas para atentar contra as instituições.

EM CAUSA PRÓPRIA

Congresso quer mudar PEC da Anistia após reações a maior perdão a partidos

Integrantes da cúpula do Congresso Nacional começaram a discutir a amenização da PEC (proposta de emenda à Constituição) que institui o maior perdão da história a partidos políticos.

A PEC da Anistia foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e agora aguarda a instalação de uma comissão especial de discussão do mérito, último passo antes da votação em plenário.

Para ser aprovada em plenário, uma PEC precisa do apoio mínimo de 60% dos parlamentares (308 de 513 na Câmara e 49 de 81 no Senado), em dois turnos de votação em cada Casa. Caso isso ocorra, ela é promulgada e passa a valer, não havendo possibilidade de veto do Poder Executivo.

Entre as alterações avaliadas estão a retirada do perdão para irregularidades partidárias, como o uso do fundo partidário para fins particulares, além do estabelecimento de uma cota mínima de cadeiras para mulheres no Legislativo, o que hoje não existe.

As discussões ocorrem após a repercussão negativa da proposta, que é criticada por diversos especialistas e entidades de transparência.

A PEC da Anistia foi um dos temas discutidos em um jantar na semana passada na casa do líder da bancada do PSD, Antonio Brito (BA). Entre outros presentes, estiveram ministros do partido, o presidente da legenda, Gilberto Kassab, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

A CCJ da Câmara aprovou no último dia 16 a chamada admissibilidade da PEC, com o apoio da ampla maioria de partidos, incluindo os líderes do governo, José Guimarães (PT-CE), e da oposição, Carlos Jordy (PL-RJ). A proposta recebeu o aval de 45 deputados da comissão, com 10 votos contrários.

Na sessão, apenas os deputados Chico Alencar (PSOL-RJ), Sâmia Bomfim (PSOL-SP), Tarcísio Motta (PSOL-RJ), Kim Kataguiri (União Brasil-SP), Adriana Ventura (Novo-SP) e Gilson Marques (Novo-SC) se manifestaram contra a proposta em seus discursos.

Nota

JOGADOR É BANIDO DO FUTEBOL POR MANIPULAÇÃO

O meia Marcos Vinicius Alves Barreira, conhecido como Romário, foi banido do futebol pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), ontem, além de receber uma multa de R$ 25 mil. O ex-jogador do Vila Nova foi punido por participar de um esquema de manipulação de resultados de partidas de futebol. Na mesma oportunidade o STJD puniu o volante Gabriel Domingos com uma suspensão de 720 dias e uma multa de R$ 15 mil. Segundo nota do tribunal, as decisões foram tomadas de forma unânime. Mas, como o julgamento foi em primeira instância, ainda há a possibilidade de recurso.

SAÚDE

Fiocruz prepara médicos para o combate a efeitos de agrotóxicos

Um grupo de 47 médicos de várias regiões do país, que atendem em áreas rurais e assentamentos, participou durante cinco dias, na sede da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), na zona norte do Rio de Janeiro, do Curso de Saúde e Agrotóxicos para o Fortalecimento do SUS no Campo. O encontro foi organizado pela Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) da Fiocruz, em parceria com a Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares (RNMP), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

Para a Fiocruz, o curso, que terminou neste domingo (28), representou um "marco na busca por soluções efetivas diante dos impactos dos agrotóxicos na saúde humana". A intenção foi abordar a problemática dos agrotóxicos, por meio de debates sobre as estratégias de controle social e vigilância popular em saúde e, com isso, fortalecer a atuação dos profissionais de saúde dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), com o combate à subnotificação de intoxicações por agrotóxicos e ampliação da conscientização sobre essa questão.

"Foi uma formação bem consistente para sedimentar conhecimento nos campos de diagnóstico, de tratamento, de prevenção, promoção da saúde e de vigilância em saúde nos territórios, um tema muito abordado, com a possibilidade de eles se tornarem multiplicadores, isso, como um primeiro encaminhamento desses profissionais com as equipes de saúde locais", analisou o vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde, Hermano Castro, em entrevista à *Agência Brasil*.

O vice-presidente destacou que o combate aos efeitos dos agrotóxicos não é fácil, uma vez que a quantidade de tipos desses produtos é muito grande e pode provocar diversos sintomas, inclusive com impactos na saúde mental. "Para cada tipo de cultura, tem um tipo de agrotóxico, então os sintomas são diferentes", disse.

VEÍCULOS

Governo de SP abre parcelamento de IPVA inscrito em dívida ativa

Em São Paulo, todos os Impostos sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) inscritos em dívida ativa poderão ser parcelados em até 10 vezes. O Governo do estado, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), responsável pela cobrança dos tributos estaduais inscritos em dívida ativa, abriu a possibilidade para a população parcelar as dívidas dos IPVAs pendentes, de 2022 e dos anos anteriores.

A procuradora do Estado e chefe da Dívida Ativa, Elaine Motta, lembra que 50% dos valores arrecadados vão para o município em que o veículo está licenciado.

"É uma política pública de arrecadação não só para o Estado, mas também para os municípios. Com o parcelamento dos débitos de IPVA, o protesto pode ser baixado, após o recolhimento das custas no Cartório, ficando ainda viabilizado o licenciamento do veículo", afirma a procuradora.

Neste ano, a expectativa é realizar 50 mil acordos de parcelamento para os débitos de IPVA inscritos em dívida ativa.

PARCELAMENTO

Qualquer cidadão pode realizar o parcelamento, mesmo que não seja o titular do veículo. Após consultar os débitos no site da PGE/SP com o número do RENAVAM do veículo, o contribuinte poderá liquidar ou parcelar os débitos no portal da Dívida Ativa.

No site, o usuário deverá clicar em "Consultar débitos". O sistema retornará com as dívidas referentes ao veículo que poderão ser parceladas. Ao escolher a opção "Parcelamento", o sistema enviará o contribuinte para outra página onde ele poderá escolher as condições de pagamento.

Ao finalizar o procedimento, o contribuinte poderá emitir o termo de adesão ao acordo e as guias de recolhimento. Os boletos são emitidos pelo site e o pagamento poderá ser feito nas agências bancárias ou lotéricas. Em caso de dúvidas, o site da Dívida Ativa possui uma área com os manuais de parcelamento e de IPVA, além de um canal de atendimento à população.

SANTOS

Muro de cemitério desaba e expõe ossadas no litoral de São Paulo

As fortes chuvas que atingiram o litoral paulista na noite do último domingo e na madrugada de ontem provocaram o desabamento de parte do muro externo do Cemitério da Filosofia, no bairro do Saboó, em Santos. Após a queda, ossadas e restos mortais ficaram expostos.

O incidente viralizou nas redes sociais com as imagens divulgadas pela página Viver, em Santos. O trecho da construção que caiu fica na parte lateral do cemitério, localizada na rua Pio 12.

Em nota, a Prefeitura de Santos disse que a Coordenadoria de Cemitérios (Cocem) confirmou a presença de restos mortais em carneiras -nome dado a campas verticalizadas- e que, por isso, realiza a exumação dos materiais com a realocação dos ossos em outros jazigos.

Ainda segundo a administração municipal, familiares já foram informados sobre a transferência. A área também foi isolada.

O cemitério está em reforma, segundo o município, para a construção de um muro de contenção desde janeiro e que, aproximadamente, 60% dos trabalhos foram concluídos. A previsão de entrega das obras é para o fim de junho.

A empresa que executa as obras já toma medidas indicadas pela Defesa Civil do município para a proteção do restante do muro e do entorno durante a continuidade dos serviços.

A queda foi a única ocorrência registrada em Santos causada pelas chuvas. De acordo com o boletim divulgado, o índice pluviométrico das últimas 72 horas é de 70,2 mm. Já o acumulado do mês é de 156,8 mm. Os morros estão em estado de atenção.

Desde agosto de 2021, o Cemitério da Filosofia passa obras estruturais. Em uma delas, a prefeitura entregou a reconstrução do espaço conhecido como Jazigo 1, com 540 lóculos (gavetas onde são colocados os caixões), 60 a mais do que já havia no local anteriormente, alguns deles destinados a obesos. O espaço corria riscos de desmoronamento.

Dois anos antes, porém, parte do muro de outro cemitério, o da Areia Branca, cedeu e deixou diversos caixões e cadáveres expostos.

Na ocasião, a queda foi atribuída à grande movimentação de veículos pesados na rua e à idade da construção, que passou por reconstrução.

CONFUSÃO

Briga entre comerciantes deixa um ferido no centro

Uma briga entre comerciantes deixou uma pessoa ferida na rua Barão de Duprat, no centro de São Paulo, no início da tarde de ontem.

A Polícia Civil ainda apura a causa da confusão ocorreu na via paralela à rua 25 de Março, conhecida pelo grande movimento de comércio de rua. A rua Barão de Duprat é conhecida por reunir comércios de imigrantes iraquianos.

Em vídeos compartilhados via celular, é possível ver o momento em que um grupo de homens invade a rua e começa a bater em três homens. Um dos agredidos correu para dento da galeria Pagé e foi seguido por parte dos agressores.

Seguranças particulares dispararam tiros para o alto para conter a multidão, que se dispersou em seguida.

De acordo com a Polícia Militar, um homem ficou ferido na cabeça ao ser atingido por uma garrafa de vidro e encaminhado à UPA Vergueiro.

OUTONO: Sol, com pancadas de chuva. Tarde nublada. À noite não chove. Manhã Tarde Noite 37º 15º 5% 06:24 17:14

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

O professor do futuro

Lançado com muito sucesso pela ABMES Editora, o livro "Educação mais forte", do professor Celso Niskier, aborda temas da maior atualidade pedagógica. Um deles é a prioridade que se deve dar ao trato da formação dos professores do futuro. O setor privado é responsável direto pela formação de quase 70% dos docentes brasileiros, o que é uma grande responsabilidade. Sobre isso é que se pode fazer uma cuidadosa meditação, propondo soluções cabíveis.

No site da ABMES podemos ter uma ideia clara do professor que queremos: devemos ter um compromisso claro com a aprendizagem de todos; saber relacionar-se e ter competências socioemocionais desenvolvidas para a devida transmissão aos estudantes; saber o quê e o como ensinar; desenvolver senso ético, cultural e social; compreender e conseguir gerir ambientes de aprendizagem, contemplando sua diversidade e complexidade; garantir as aprendizagens essenciais; ter postura pesquisadora; saber ler e interpretar dados; planejar e executar aprendizagens em diversos contextos; promover espaços de aprendizagem dentro e fora da escola; conhecer e respeitar os contextos plurais das crianças e adolescentes; avaliar a aprendizagem e o ensino, visando a formas mais efetivas de desenvolvimento; buscar sempre o desenvolvimento profissional.

É preciso, pois, que os cursos de formação de professores e especialistas tenham currículos inovadores e haja efetividade nos estágios determinados. Isso significa uma ampla revisão nos cursos de Pedagogia das Faculdades de formação de professores, com um princípio fundamental: que o emprego de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) seja uma efetiva realidade, a serviço de uma nova aprendizagem.

Não se pode suportar a ignorância dos participantes desse processo quando se fala, por exemplo, em Inteligência Artificial. Como ir adiante sem esses conhecimentos mínimos e determinantes de um processo na verdade revolucionário?

Há desafios a enfrentar, como a universalização do acesso à escolas, mas os investimentos em melhores políticas docentes não podem deixar de fazer parte desse importante momento da nossa educação.

PACS – Planejamento, Assessoria, Consultoria e Sistemas S/A
NIRE: 33300316876 - CNPJ nº 34.271.379/0001-96
Edital de Convocação Para Participação de Assembleia Geral Ordinária - Data: **05 de junho de 2023.** Local: **Rua Alcindo Guanabara, nº 15, 13º andar, Centro, Rio de Janeiro**, CEP.20.031-130. Ilmo. Sr. Luiz Gerber, Pelo presente, fica V.S.ª. Convocado para participar da Assembleia Geral Ordinária que será realizada, em primeira convocação, às 11:00h, com a presença de acionista (s) que represente (m), no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, às 12:00h, com a presença de qualquer número de acionistas para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: • Aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; • As Demonstrações Financeiras de 2022 foram publicadas na Central de Balanços do Sped conforme Portaria 529 de 26 de setembro de 2019 do Ministério da Economia; • Eleição da Diretoria e fixação do pró-labore para o biênio de 2023/2025 para o cargo de Diretor-Presidente e para o cargo de Diretor Vice-Presidente pelo prazo de 02 (dois) anos. Na impossibilidade de comparecimento, V.S.ª. poderá ser representado por procurador devidamente constituído para representá-lo na Assembleia, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos no art. 126 da Lei nº 6.404/76. As deliberações da Assembleia Geral Ordinária serão tomadas por maioria absoluta de votos, conforme estabelece o artigo 10º do Estatuto da Companhia, bem como o art. 129 da Lei nº 6.404/76. Rio de Janeiro, 24 de maio de 2023. Atenciosamente, PACS – Planejamento, Assessoria, Consultoria e Sistemas S/A - Rogério Barros de Souza - Diretor Presidente

PAMPA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 32.184.487/0001-04 - NIRE 333.0033425-4
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA: DATA, HORA E LOCAL: Em 28/04/23, às 13:30 horas, na sede da Pampa Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703 (parte) e 1704 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do RJ, Estado do RJ, por meio de videoconferência. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei 6.404"), tendo em vista a presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas, Presentes ainda, o Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia o Sr. Rogério Diniz de Oliveira, o Diretor Técnico da Companhia o Sr. Murilo Magalhães Nogueira, e o representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., o Sr. Ricardo Gomes Leite. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Carlos Eduardo Assumpção Olesko; e Secretário: Germán Sánchez González. **PUBLICAÇÕES:** Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31/12/22 foram previamente remetidos aos acionistas e publicados no Jornal Diário do Acionista, em 28/04/23, às fls. 17,18,19 e 20 ("Publicações"). **(i)** Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberar sobre **(i.a)** contas da administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31/12/22, **(i.b)** destinação do lucro líquido do exercício; **(i.c)** destinação do resultado referente a exercícios anteriores; e **(ii)** em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberar sobre remuneração global dos administradores. **DELIBERAÇÕES:** Iniciado os trabalhos, o Presidente da Mesa apresentou aos acionistas os documentos e informações relacionados às matérias constantes a Ordem do Dia. Após exame e discussão, o Sr. Presidente colocou para votação os itens constantes da Ordem do dia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os acionistas aprovaram: **(i)** em AGO: **(i.a)** as contas da administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/22, conforme Publicações; **(i.b)** a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apresentada pela Diretoria referente ao exercício social encerrado em 31/12/22, no montante de R$ 155.215.836,55 (cento e cinquenta e cinco milhões, duzentos e quinze mil, oitocentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), para que o lucro líquido seja destinado da seguinte forma: **(i.b.i)** R$ 7.761.041,83 (sete milhões, setecentos e sessenta e um mil, quarenta e um reais e oitenta e três centavos) serão destinados à Reserva Legal; **(i.b.ii)** R$ 36.863.698,68 (trinta e seis milhões, oitocentos e sessenta e três mil, seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos) serão destinados aos dividendos mínimos obrigatórios, e **(i.b.ii)** R$ 110.591.096,04 (cento e dez milhões, quinhentos e noventa e um mil, noventa e seis reais e quatro centavos) serão destinados à Reserva de Lucros a realizar. Fica expressamente consignado que, em comum acordo, os acionistas renunciam aos dividendos mínimos obrigatórios indicados no item "i.b.ii" acima, por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia. **(ii)** em AGE a proposta de remuneração anual global para os administradores da Companhia referente ao exercício de 2023, corresponderá a R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais). Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima. **ENCERRAMENTO E LAVRATURA:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata na forma de sumário, que lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **Assinaturas:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko, **Presidente;** Germán Sánchez González, **Secretário;** Cymi Construções e Participações S.A., e Brasil Energia Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., ambos **Acionistas.** A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio. **MESA:** Carlos Eduardo Assumpção Olesko - **Presidente;** Germán Sánchez González - **Secretário.** Jucerja nº 5497678 em 26/05/23.

DITADURA

Uganda promulga lei anti-LGBTQIA+ que prevê até pena de morte

O ditador de Uganda, Yoweri Museveni, 78, chancelou ontem uma das leis anti-LGBTQIA+ consideradas mais duras do mundo. A legislação, duramente criticada pelas Nações Unidas e por diversos países ocidentais, prevê punições que podem chegar até a pena de morte.

A regra não criminaliza quem se identifica como LGBTQIA+, mas determina que pessoas portadoras do vírus HIV flagradas em uma relação sexual com parceiros do mesmo sexo podem ser condenadas à morte. A diretriz também prevê pena de 20 anos de prisão a quem "promover" a homossexualidade.

O debate sobre a lei no Parlamento foi marcado por ofensas homofóbicas, e Museveni chegou a se referir a pessoas que sentem atração por outras do mesmo sexo como pervertidas. Em breve comunicado, o regime de Uganda divulgou que o ditador "assinou o projeto de lei anti-homossexualidade 2023".

"O presidente legalizou a homofobia e a transfobia patrocinadas pelo Estado", disse a ativista de direitos humanos Clare Byarugaba. "É um dia sombrio para a comunidade LGBTQIA+, aliados e todo o país".

Byarugaba e outros ativistas prometeram contestar a lei na Justiça. O ditador, por sua vez, chamou a homossexualidade de "desvio do normal" e pediu aos legisladores que resistam à pressão "imperialista".

Criticada pela ONU e por países como os Estados Unidos, o projeto de lei foi aprovado no Parlamento ugandês no último dia 21 de março. Após a primeira votação, a Casa Branca advertiu o governo do país africano sobre possíveis sanções. Uganda recebe bilhões de dólares em ajuda externa todos os anos.

Durante a tramitação, a proposta também foi condenada pela União Europeia (UE) e pelo Reino Unido. Já o órgão de direitos humanos da ONU disse que a lei levava à violação dos direitos dos ugandenses.

A legislação conta com amplo apoio público, num país predominantemente cristão. A aprovação da lei colocou a comunidade LGBTQIA+ em alerta, e muitos deixaram suas casas e apagaram perfis em redes sociais. Relações entre pessoas do mesmo sexo já eram ilegais em Uganda, assim como em mais de 30 países africanos. Há o temor de que a ação tenha repercussões nos vizinhos Quênia e Tanzânia.

No poder há quase quatro décadas, Museveni conclamou em abril o continente africano a "salvar o mundo dessa degeneração e decadência que é, na verdade, muito perigosa para a humanidade".

Uganda já tinha uma das legislações mais duras do mundo contra pessoas LGBTQIA+, resquício de seu código penal da era colonial. Embora não houvesse condenações por atividades consensuais entre pessoas do mesmo sexo no país desde 1962, a repressão contra essa comunidade é comum no país.

DESAFIOS

Tinubu assume Presidência da Nigéria com 'pilha de problemas' para resolver

Quase três meses após ser eleito presidente do país mais populoso da África, Bola Tinubu, 71, tomou posse na Nigéria ontem com uma pilha de desafios que vão do preço do combustível aos planos para fazer com que o "boom" populacional nigeriano coincida com desenvolvimento local.

Os olhos se voltam para o ex-governador de Lagos --espécie de capital econômica nigeriana-- apelidado de "padrinho" devido a seu papel nos bastidores para eleger correligionários em especial a projeções que mostram que a Nigéria deve ser, ao final deste século, o terceiro país mais populoso do mundo, atrás de Índia e China.

Tinubu prestou juramento na Praça da Águia, na capital Abuja, e já ali anunciou sua primeira promessa como presidente --com potencial de gerar insatisfação popular. "O subsídio para o combustível acabou", anunciou ele. "Devemos canalizar recursos do Orçamento para infraestrutura, educação, saúde e empregos."

Se colocada em prática, a medida atende à demanda de governadores segundo os quais suas administrações já estavam incapazes de pagar o funcionalismo público ao mesmo tempo em que arcavam com o subsídio da gasolina. Mas há, também, a dúvida do potencial do Estado para assegurar que a medida não se desdobre na alta do preço para uma população em grande parte empobrecida.

Dados do governo compilados pela consultoria de dados africana Stears mostram que, de 2015 até aqui, o preço do subsídio já ultrapassou 12 trilhões de nairas (R$ 12 bilhões) aos cofres públicos.

Tinubu não mencionou, mas certamente entrou na conta de sua proposta a gigante refinaria inaugurada no país na última semana sob a alçada de Aliko Dangote, um dos homens mais ricos do continente.

O empreendimento de US$ 20 bilhões promete produzir até 53 milhões de litros de gasolina por dia, o que seria fundamental para o país. Ainda que seja o maior produtor de combustível da África, no ano passado a Nigéria gastou US$ 23 bilhões com importações desse setor já que não tem capacidade para refiná-lo.

"O projeto pode ser economicamente transformador para a Nigéria", disse a revista The Continent, referência na cobertura do continente.

Ainda na seara econômica, Tinubu disse querer aumentar o investimento estrangeiro. Números compilados também pela Stears mostram que em 2022 apenas US$ 3 bilhões foram investidos no país, uma das cifras mais baixas dos últimos 15 anos, ao lado apenas de 2016, com o mesmo valor.

O novo líder nigeriano também herda a grave crise de segurança que vive o país e é formada por um complexo quebra-cabeça de terrorismo com grupos fundamentalistas ao norte, separatismo ao sul e tensões entre fazendeiros no centro do território.

Para essa parte, porém, repetiu sugestões que vinha ventilando na campanha e que, para analistas locais, representam nada mais do que medidas que já se mostraram ineficazes: reforçar serviços de segurança com mais pessoal, treinamento, equipamento e melhores salários.

Outra parte dos desafios do novo presidente mora na legitimidade: fruto do sistema eleitoral local, Tinubo foi eleito com o voto de apenas 36% da população nigeriana, cifra mais baixa para um eleito desde que teve início a quarta República, em 1999, pós-ditadura militar.

No sistema local, afinal, um candidato não precisa ter maioria em todos os estados para vencer, mas sim deve necessariamente obter mais de 25% dos votos em ao menos 24 dos 36 estados, feito alcançado por Tinubu, do governista Congresso dos Progressistas.

Ele terá, assim, a missão de cativar a fatia dos outros 64% de eleitores que não o queriam neste lugar. E a tarefa se torna mais complicada se levado em conta que os candidatos opositores estão questionando na Justiça a legitimidade da vitória de Bola Tinubu no pleito.

Quatro dias após as eleições, segundo e terceiro colocados, Atiku Abubakar e Peter Obi, respectivamente, alegaram ter ganhado o pleito, acusando em especial demora no resultado da votação, que poderia ter sido causada por fraude --o país estava implementando um novo sistema eletrônico para confirmação da identidade dos eleitores.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21)
3923-5158
96865-1628

Mizha Energia Participações S.A. - Mizha
CNPJ 18.634.114/0001-59 - NIRE 33.3.0030865-2
Ata de Reunião do Conselho de Administração
Realizada em 15 de Maio de 2023
Aos 15/5/23, às 11hs, em sua sede social. **Mesa:** Yusuke Koike, Presidente; e Ryo Miyajima, Secretário. **Presença:** Todos os membros do Conselho de Administração. **Deliberações Tomadas por Unanimidade: (i)** a eleição do Renan Cardozo Bello, para o cargo de Diretor de Estratégia da Sociedade, que, mediante a apresentação da declaração e a assinatura do respectivo termo de posse, que integra a presente ata como Anexo I, toma posse e passa a ocupar o cargo de Diretor de Estratégia da Sociedade imediatamente, assumindo o cargo pelo período de 3 anos contados a partir de 15/5/23; e **(ii)** a aprovação, a título de remuneração global mensal para o Diretor ora eleito, do valor de R$ 45.000,00. Foi a ata lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. JUCERJA nº 00005495126, em 25/5/23. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário-Geral. O texto acima é um resumo da respectiva ata. O inteiro teor desse documento e o Estatuto Social, poderá ser consultado na versão digital do jornal "https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais/" desta data.

PIX

Polícia do RJ investiga sequestros-relâmpago

A Polícia Civil do Rio de Janeiro está investigando uma quadrilha que realiza sequestros-relâmpago nos quais obriga as vítimas a fazerem pedidos de Pix para amigos.

Após abordarem as vítimas, os integrantes da quadrilha forçam as pessoas a fazerem transferências bancárias via PIX e também pedem valores para amigos em troca da libertação. A 42ª Delegacia de Polícia (Delegacia Recreio dos Bandeirantes) investiga a atuação do bando, que age na região do bairro Vargem Pequena.

Uma das vítimas relatou ao jornal Bom Dia Rio, da TV Globo, que foi ameaçada com uma arma enquanto os integrantes da quadrilha o obrigavam a gravar mensagens pedindo dinheiro para seus conhecidos.

Também ao jornal, uma segunda vítima afirmou que os criminosos pegaram todo o dinheiro que havia em seu aplicativo do banco no celular e, duas horas depois, a libertaram. Ela afirmou que foi abordada quando estava chegando em sua empresa.

À reportagem, a Polícia Civil reforçou a importância de as vítimas registrem o boletim de ocorrência de forma a contribuir para a identificação dos integrantes da quadrilha.

13 DE MAIO

Castro assiste missa pelos 214 anos da Polícia Militar

No mês em que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PM-RJ) completa 214 anos (13 de maio), o governador Cláudio Castro participou, ontem, de uma Missa em Ação de Graças, na Igreja Matriz de São Jorge, em Quintino, na Zona Norte da capital, para celebrar a longevidade da instituição e a memória de seus policiais já falecidos.

Celebrada por Dom Orani Tempesta, arcebispo e cardeal do Rio, a cerimônia também contou com a presença da primeira-dama Analine Castro, representantes da Polícia Militar e fiéis. Convidado a falar durante a missa, Castro reforçou a importância de valorizar a instituição pela importância do trabalho de cada policial em prol da segurança pública, como também pelo bem-estar dos seus servidores.

"Eu e minha esposa fizemos questão de vir aqui e prestigiar a nossa Polícia Militar. Temos feito investimentos históricos não só nas pessoas, como também em nossas estruturas. Sabemos que por trás da farda há um ser humano, de carne e osso. Assim como há um servidor, que precisa de nossa estrutura para desempenhar bem sua função. Temos lutado diariamente para que nossos policiais saibam que voltarão para casa após um dia intenso de trabalho. Essa é a polícia cidadã que queremos formar. Salve a Polícia Militar e seus 214 anos", afirmou o governador Cláudio Castro.

Também presente na missa, o Coronel Luiz Marinho Henrique Pires, secretário da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, destacou a missão histórica da instituição bicentenária, saudou a força de segurança e a Missa em Ação de Graças realizada na Igreja Matriz de São Jorge, alvo da devoção dos policiais.